

/ PALAVRA DO LEITOR

Trabalho aos domingos

Muita gente já trabalha nos sábados, domingos e feriados, com a atual legislação trabalhista, caso dos supermercados e de muitas lojas que ficam abertas pelo menos nos sábados. Por isso não me surpreendeu muito a notícia do JC Contabilidade, edição do **Jornal do Comércio** de 10/07/2019, anunciando que mais setores estão autorizados a trabalhar sábados e domingos. Se pagarem conforme a lei manda, tudo bem. Porto Alegre precisa de mais empregos, mesmo que seja nos sábados e domingos. *(Silvio Olegaray, Porto Alegre)*



Morte de policiais

A bandidagem, pelo visto e com as mortes recorrentes, perdeu todo medo das polícias, seja da Brigada Militar ou da Civil. Deve ser a explicação para quatro mortes recentes de policiais em serviço no Estado. Antes, era difícil esse enfrentamento. Agora, não mais. É matar ou morrer, para eles, bandidos. *(Itamar Conceição, Porto Alegre)*

Acidentes em rodovias

Acho estranho que muitos acidentes, talvez a maioria, dos ocorridos em rodovias gaúchas, com mortos e feridos, ocorrem na madrugada. Não será por conta do cansaço, do estresse, do sono dos motoristas? Por mim, ônibus trafegando de madrugada com passageiros deveria ser proibido. *(Marcos Otonni, Passo Fundo/RS)*

Motoqueiros

Infelizmente, continuam as mortes de motoqueiros no trânsito. Eles, na maioria, estão trabalhando, e, segundo li, os que mais morrem não são motoboys, mas pessoas que usam motocicletas como meio de transporte, bem mais econômicas do que automóveis. *(Marília Gonçalves, Canoas/RS)*

Vídeos vazados

É, hoje, algo muito estressante e que só serve para retardar ações e confundir os brasileiros sobre com quem está a razão. Não entendo mesmo como tanto o governo de Jair Bolsonaro (PSL) quanto a oposição, como o PT, ficam colocando acusações, desculpas e críticas nas redes sociais. Caso pensem que nós, brasileiros, estamos gostando disso, estão redondamente enganados, os dois lados. Parem com isso e busquem soluções para os problemas do Brasil! Basta! *(Valéria de Quadros)*

Turismo na Costa Doce

A Rota Turística Costa Doce foi criada em 1993, em Arambaré, sendo seu primeiro presidente Paulo Potiguara Farina dos Santos, de Santa Vitória do Palmar. Então a Rota Turística Costa Doce já completou 26 anos, segundo lembra o senhor Samir Curi Hallal, de Pelotas, seu grande incentivador. *(David Baiani, São Lourenço do Sul/RS)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Por que as empresas fecham no Estado?

Manoel Luiz Silva dos Santos

Lendo, na página 4 do **Jornal do Comércio** (edição de 08/07/2019), a manifestação do deputado estadual Fábio Branco (MDB), através de seu artigo *Por que as empresas fecham no Rio Grande do Sul?*, concluí, por conhecer o assunto, que suas conclusões são verdadeiras, porém, também entendo que ele omitiu aquelas razões que mais influenciam, há muito tempo, a debandada de nossas empresas do território gaúcho, para outros estados, principalmente para aqueles localizados nas regiões Sudeste e Nordeste.

As empresas priorizam, acima de qualquer outra variável econômica e mercadológica, a questão da competitividade de seus produtos. Como é sabido, o Rio Grande do Sul está muito distante dos estados mais ricos, que mais consomem o que é produzido no País. Esses estados, que são São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, detêm, em conjunto, cerca de 60% do PIB brasileiro.

É até compreensível, por conta da lógica competitiva, que as empresas venham decidindo se instalar nesses estados, ou, ao menos, o mais próximo deles possível.

Para decidir adotar tal estratégia - a de se aproximar, ao máximo, do mercado consumidor -, basta atentar para o "poder de fogo" desses três estados que detêm em conjunto, aproximadamente 50% do PIB do Brasil.

Nosso Estado, cuja colocação no mesmo ranking caiu de histórico 4º lugar para o 5º lugar, foi ultrapassado pelo Paraná.

Mas isso, apesar de dramático, ainda não é tudo: se for aprovada a reforma tributária, nos termos previstos na projeto que tramita, com

mais possibilidade de aprovação, no Congresso Nacional, em que não existirá mais o ICMS, principal tributo arrecadado pelos estados e que possibilita, hoje, que eles concedam incentivos fiscais, como é o caso do Fundopem-RS, ficará, então, totalmente inviabilizado.

Os incentivos fiscais, ao contrário do que pensa muita gente desinformada, são instrumentos indispensáveis para que as indústrias se mantenham e se instalem aqui, e possam manter condições de competitividade logística e preços, que lhes permitem colocar seus produtos no Centro do País, em condições similares às suas concorrentes, que lá se acham instaladas.

Por último, para não me alongar ainda mais, mas é muito importante citar, para que todos saibam, principalmente os nossos governantes, que o mercado cativo dos produtos (absorvidos por clientes localizados no Rio Grande do Sul) oriundos das empresas instaladas em território gaúcho é, raramente, superior a 8%.

O grande excedente do que é produzido por essas empresas é vendido para os outros estados da Federação, principalmente aqueles mais desenvolvidos. A maioria deles distantes, e que, por isso, demandam elevados gastos com logística, ou para o mercado externo.

Ex-coordenador do Fundopem/RS

Liberdade econômica

Richard Sacks

O Estado adora dificultar a vida de quem quer empreender. Temos muitas ideias boas com pessoas querendo investir e criar negócios, mas que acabam enfrentando barreiras como burocracia, impostos e leis ultrapassadas. Nem tudo está perdido. Uma Medida Provisória (MP)

O Estado adora dificultar a vida de quem deseja empreender no Brasil. Isso tem que terminar

feita pela ala econômica do governo federal vem para acabar com várias barreiras. A MP 881, se aprovada pelo Legislativo, institui no nosso País a declaração de direitos de liberdade econômica. Mais do que sabido, o Estado dominado pela burocracia excessiva e totalmente ineficiente se mostra absolutamente incapaz de atender às demandas de empresários e investidores, quando manifestam interesse para abrir uma empresa ou ampliar suas atividades.

Quem lê com razoável atenção o conteúdo da MP já se dá conta do quanto há de vantagens. En-

tre suas 17 principais medidas está a digitalização de documentos, permitindo descarte de documentos físicos; a garantia da definição de preços pelo mercado sem interferência do Estado; a restrição do poder público e de sindicatos de limitar horários de funcionamento do comércio; e a dispensa da obtenção de licença para funcionamento de empresas com atividades de baixo risco.

Pesquisas apontam diversos benefícios que a MP pode trazer ao longo dos anos: geração de mais de 3 milhões de empregos, aumento de até 0,7% ao ano no PIB e aumento em até 7% no PIB per capita.

É importante que fique bem claro que a medida provisória não é uma liberalização geral. A liberdade econômica não significa que os agentes estão livres para burlar as leis.

O que ela permite, antes de tudo, é agilidade com total responsabilidade de quem quer investir ou empreender.

O maior benefício da MP é dar liberdade para as pessoas empreenderem, que é o que mais falta em nosso País.

Empreendedor e associado do IEE